

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS ESCOLARES DIVISÃO DE AQUISIÇÕES E LICITAÇÕES

ERRATA Nº 01

No Edital de Dispensa de Licitação Eletrônica – TDL Nº 90139/2024, Processo Nº 24/1900-0049327-1, na CGDL 22.1 **ONDE ESTÁ ESCRITO**: Não será solicitada Garantia de Cumprimento do Contrato.

O CORRETO É A REDAÇÃO ABAIXO:

Será solicitada Garantia de Cumprimento do Contrato.

- a) A garantia poderá ser realizada em uma das seguintes modalidades:
- a.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- a.2. seguro-garantia, conforme Circular SUSEP nº 662 de 11 de abril de 2022;
- a.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- a.4. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- **b**) O prazo para apresentação de qualquer uma das garantias será o previsto na CGDL 16.1.
- b.1. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período, a critério do contratante.
- b.2. A inobservância do prazo fixado, inclusive dos previstos **nos itens "h", "k" e "n"**, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- b.3. O atraso na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) A garantia deverá ser prestada no valor correspondente a 5% do valor total contratado, que será liberada após a execução do objeto da avença, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- **d**) A garantia concedida deve assegurar o cumprimento de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:
- d.1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- d.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado;
- d.3. prejuízos causados ao contratante ou a terceiro decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
- d.4. obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não adimplidas pelo contratado.
- e) O número do contrato deverá constar dos instrumentos de garantia a serem apresentados pelo garantidor.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS ESCOLARES DIVISÃO DE AQUISIÇÕES E LICITAÇÕES

- f) Quando da abertura de processos para apuração de faltas contratuais, a fiscalização do contrato deverá notificar o fato à entidade garantidora, paralelamente às notificações para defesa prévia ao contratado.
- g) A perda da garantia em favor da Administração, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- h) A garantia deverá ser integralizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de
- i) A garantia em dinheiro, na modalidade caução deverá ser efetuada em favor do contratante, através de Guia de Arrecadação com o código 0421.
- j) As garantias, com exceção do seguro-garantia, somente poderão ser resgatadas após o prazo de (3) três meses do término do contrato.
- k) No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- l) O contratante fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão do contratado,
- 1.1. A autorização contida neste subítem é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.
- m) A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa do contratado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- n) Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que for notificado.
- o) O contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- o.1. caso fortuito ou força maior;
- o.2. alteração, sem prévia anuência da entidade garantidora, das obrigações contratuais;
- o.3. descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- o.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
- p) Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos **itens** o.3 e o.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Administração.
- q) Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo contratante ao contratado e/ou à entidade garantidora, no prazo de até 3 (três) meses do conhecimento da ocorrência do sinistro.
- r) Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade, que não as previstas neste Contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS ESCOLARES DIVISÃO DE AQUISIÇÕES E LICITAÇÕES

s) Será considerada extinta a garantia com a devolução dos valores caucionados, autorização para liberação da fiança bancária ou, no caso de seguro-garantia, na ocorrência dos eventos previstos no artigo 26 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

Porto Alegre, 19 de novembro de 2024

DAL/DGBSE/SUBINFRA/SEDUC